



ABORTO E BARRIGA DE ALUGUEL: UMA BREVE ANÁLISE DO CORPO HUMANO NO LEGISLATIVO BRASILEIRO

JOSÉ VITOR DE OLIVEIRA LIMA

RESUMO

Este artigo apresenta uma breve análise sobre a normatização do corpo humano no processo legislativo brasileiro no que diz respeito aos temas aborto e barriga de aluguel (ou gravidez por substituição). O trabalho apresentado neste artigo teve como objetivo organizar e sistematizar dados legislativos referentes ao corpo no âmbito político para, através desses dados, analisar a circunscrição legal do corpo e verificar tendências, padrões e mudanças referentes à legislação que trata sobre ele. Como metodologia adotada utilizou-se o estudo exploratório sobre os temas apresentados e o levantamento bibliográfico sobre o assunto, tendo como norteador os estudos da sociologia do corpo de David Le Breton, sociólogo e antropólogo francês. Para a análise dos dados, foram obtidos do site da câmara de deputados federais projetos de leis sobre os temas apresentados e criadas planilhas eletrônicas para a organização e sistematização das análises que foram realizadas a partir da leitura integral do texto presente nos 379 projetos de lei que tratavam sobre os dois assuntos aqui presentes. Ao final das análises o que se pode constatar é que o corpo é tratado de maneira ambígua, dualista e conservadora no processo legislativo sendo um espaço de atravessamentos e fronteiras entre política, justiça, crença e senso comum.

PALAVRAS-CHAVE: Corpo. Aborto. Gravidez. Legislativo.

ABSTRACT

This article presents a brief analysis of the normalization of the human body in the Brazilian legislative process regarding the issues of abortion and surrogacy (or surrogacy). The work presented in this article aimed to organize and systematize legislative data relating to the body in the political sphere in order, through this data, to analyze the legal circumscription of the body and verify trends, patterns and changes relating to the legislation that deals with it. The methodology adopted was an exploratory study on the themes presented and a bibliographic survey on the subject, guided by studies on the sociology of the body by David Le Breton, a French sociologist and anthropologist. For data analysis, bills on the topics presented were obtained from the website of the federal chamber of deputies and electronic spreadsheets were created to organize and systematize the analyses that were carried out based on the full reading of the text present in the 379 bills that dealt with the two subjects presented here. At the end of the analysis, what can be seen is that the body is treated in an ambiguous, dualistic and conservative way in the legislative process, being a space of crossings and borders between politics, justice, belief and common sense.

KEYWORDS: Body. Abort. Pregnancy. Legislative.



INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta alguns resultados de uma pesquisa que investigou a percepção e regulação do corpo humano na legislação brasileira, analisando projetos de lei da Câmara dos Deputados Federais entre 1946 e 2022. O objetivo principal foi organizar e sistematizar dados legislativos, identificando tendências, padrões e mudanças alteradas ao longo do tempo, além de traçar um panorama sociopolítico da regulação do corpo.

A pesquisa integra o projeto “A política dos corpos: um estudo dos limites da vida na legislação brasileira” (Zarias et al., 2019), coordenado pelo Dr. Alexandre Zarias, que explora a definição legal do corpo humano. A análise de conteúdo abrangeu projetos de lei sobre aborto e barriga de aluguel, apresentados neste artigo, além de outros temas como: doação de órgãos, sangue e hemoderivados, tecidos, embriões e eutanásia.

A partir da coleta de Projetos de Lei no site da Câmara de Deputados, na aba de “Atividade legislativa”, utilizando palavras-chave como “aborto” e “barriga de aluguel”, foram analisados 379 projetos de leis produzidos no Brasil referentes aos temas apresentados, para uma descrição da maneira como o corpo é visto no ambiente legislativo brasileiro.

O corpo em sua concepção é atravessado por duas esferas: a social e a política. Nesses dois âmbitos, o corpo é visto de maneira ambígua e dualista, sendo dividido em corpo físico e corpo jurídico. No Brasil, existe uma série de projetos de lei voltadas ao corpo.

No entanto, apesar das numerosas leis e regulamentações que abordam questões relacionadas ao corpo humano, persistem desafios significativos. No contexto legislativo brasileiro, o corpo é frequentemente considerado tanto como um sujeito de direitos quanto como um objeto de regulação.

Para entender a esfera política do corpo é necessário que se compreenda a sua concepção social, pois será essa ideia social do que é o corpo que exercerá ação direta sobre as decisões jurídicas e legislativas tomadas acerca dele na esfera do Direito. Temas como aborto, barriga de aluguel, gravidez por substituição, doação de órgãos e de sangue e a eutanásia são alguns dos assuntos elaborados e discutidos no âmbito legislativo:

Historicamente, o Legislativo brasileiro acumula um grande número de projetos de lei relacionados com o corpo. Pode-se dizer que se trata de abordagens específicas, de um corpo fatiado, que não é concebido na sua totalidade (Zarias, 2019, pg. 144)

A discussão sobre esses temas é pautada levando em consideração não apenas o que é



estabelecido pela constituição, mas, também, por questões morais, culturais e de ordem religiosas e médicas, que se manifestam socialmente, possuindo reflexo direto na adoção de medidas e políticas que dizem respeito ao corpo.

Nesse contexto, nota-se que o corpo, na esfera legislativa, é separado do indivíduo em determinados contextos, enquanto em outros não irá existir essa dissociação entre um e outro, o que leva à conclusão de que o contexto sobre o qual as decisões em relação a ele são tomadas é de grande importância em sua análise: “a investigação da ordem pública do corpo por meio de projetos de lei apresentados na Câmara e no Senado revela seus fragmentos, partes, usos e componentes” (Zarias, 2019).

As decisões referentes ao corpo também levam em consideração questões médicas em suas decisões, e com o avanço da medicina essa separação do indivíduo do corpo que ele possui vai traçando um delineado de conflitos e debates em relação às medidas adotadas e impostas, como nos casos da eutanásia e do aborto.

A sociologia do corpo, impulsionada por autores como David Le Breton (2007), expandiu-se desde a década de 1960, analisando as relações entre corpo e contexto sociocultural. Le Breton destaca que o corpo é mais que uma estrutura anatômica; é um símbolo social e cultural, moldado por representações, práticas e discursos coletivos.

Neste estudo, a análise diacrônica e sincrônica dos dados legislativos permitiu explorar como a legislação brasileira reflete e influencia a percepção pública do corpo, além de sua relação com ciência, medicina, valores morais e opiniões populares. A coleta e análise de projetos de lei mostram diversas perspectivas e discussões sobre o corpo no ambiente legislativo.

Entre as discussões que envolvem o corpo, a questão social é inerente ao debate. Segundo Le Breton, o corpo é o vetor semântico pelo qual a evidência da relação com o mundo é construída (Le Breton, 2007).

Portanto, a existência humana se realiza através da corporeidade, da relação do corpo com meio social no qual ele está inserido, sendo o corpo o marcador dessa existência. Para Le Breton (2007), corpo não é apenas um objeto biológico, mas também uma construção social, influenciada por normas, valores e práticas culturais. O corpo é uma expressão material das estruturas sociais e das relações de poder, e cada sociedade estabelece seus próprios padrões.

O também sociólogo Alexandre Zarias, em seu artigo “A ordem pública do corpo humano e suas fronteiras legislativas no Brasil” (2019), faz um apanhado histórico do processo legislativo em relação ao corpo, contextualizando as implantações dos projetos e o recorte



social presente no teor de cada implementação.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Como metodologia de pesquisa, trata-se, em primeiro lugar, de um estudo exploratório que utilizou como ferramenta o levantamento bibliográfico acerca da sociologia do corpo. A partir do aprofundamento teórico sobre o tema, o estudo lançou mão de técnicas de pesquisa para organização de dados em planilhas e de análise de conteúdo segundo a bibliografia e referência na área.

Para a obtenção dos dados legislativos foi utilizado o site da Câmara de Deputados, onde, na aba Atividade Legislativa, foram utilizados os filtros PL, Saúde e Direitos Humanos para um recorte mais específico que pudesse proporcionar da melhor maneira o tipo de projeto de lei necessário para a realização das análises.

Nas planilhas, produzidas através da plataforma Google Planilhas, para a organização dos dados, foram criadas categorias para uma melhor análise e identificação das tendências em relação ao teor dos discursos utilizados na literatura dos projetos de lei estudados.

A análise dos projetos de lei foi feita a partir da leitura dos textos presentes nas justificativas e nas propostas. A partir da leitura de toda a parte escrita dos projetos foi possível realizar a verificação do teor de cada um deles e determinar padrões e tendências presentes em relação a cada tema abordado. Com isso, também foi possível correlacionar alguns projetos identificando relações e similaridades entre eles. Com a leitura integral dos projetos também foi possível observar espectros políticos dos parlamentares responsáveis pelas elaborações dos textos.

Destaca-se também que parte dos dados já estavam organizados em planilhas, colaborando para que esta pesquisa pudesse atingir seus objetivos. Esses dados foram compilados inicialmente por Miguel e Zarias (2020), Nascimento e Zarias (2020), Santana e Zarias (2020), Silva e Zarias (2020), e Vasconcelos e Monteiro (2020).

No site da Câmara de Deputados Federais, que foi utilizado como plataforma para obtenção dos projetos de lei, foram extraídos 379 projetos com os temas: aborto e barriga de aluguel (ou gravidez por substituição). A tabela abaixo apresenta a quantidade de projetos analisados para a realização desta pesquisa e a quantidade de PLs apresentados aqui correspondem a todos os projetos de lei encontrados. A quantidade de projetos também corresponde ao período proposto no trabalho (de 1946 a 2022). Segue abaixo a tabela:



TEMAS	Quantidades de projetos analisados
Aborto	370
Barriga de aluguel/Gravidez por substituição	9
TOTAL	379

ABORTO

Dentre as pautas mais debatidas e confabuladas no ambiente político em que o corpo se insere, a questão do aborto é a mais presente na esfera política, legislativa e social. Os primeiros projetos de lei sobre o aborto denotam do final de década de 1940, chegando até os anos atuais contendo uma série de propostas com diferentes tipos de decisões acerca do assunto.

No site da Câmara de Deputados, é possível encontrar mais de 400 projetos de leis sobre o aborto com um número significativo ainda em tramitação. O Estatuto do nascituro e o impacto social do aborto também são pontos colocados em questão. O tema tem sido objeto de intenso debate no cenário legislativo brasileiro há décadas. O Brasil possui uma legislação restritiva em relação ao aborto, permitindo-o apenas em casos de estupro, risco de vida para a mãe ou anencefalia fetal. Em 1996, a então Deputada Martha Suplicy, do PT, apresenta uma ementa por meio do Projeto de Lei 1956/1996 que permitia o aborto em casos onde:

O produto da concepção não apresenta condições de sobrevivência em decorrência de malformação incompatível com a vida ou de doença degenerativa incurável, precedida de indicação médica, ou quando por meios científicos se constata a impossibilidade de vida extra-uterina (Brasil, 1996).

No entanto, a discussão sobre a ampliação das circunstâncias em que o aborto é legalmente permitido tem sido recorrente no Congresso Nacional. Projetos de lei baseados no código penal de 1940 entram em tramitação na Câmara de Deputados com o objetivo de reforçar a punição para quem pratica tal ação.

Através do portal da Câmara é possível também observar um aumento no número de

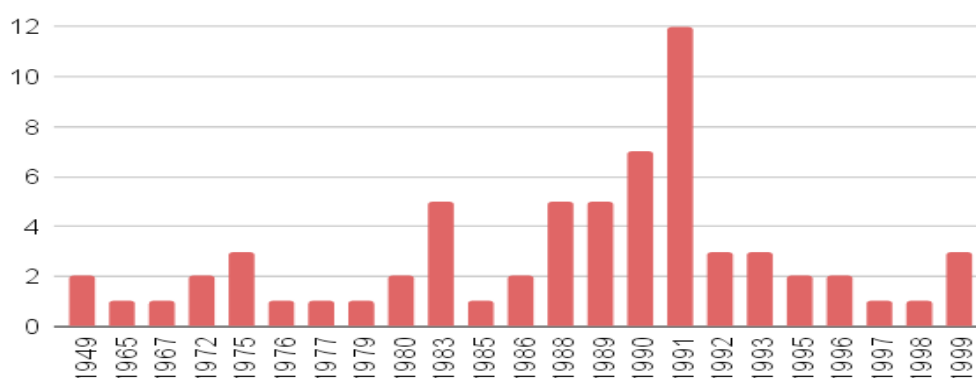


projetos encaminhados durante o período de 2018 a 2022. Coincidentemente, o aumento no número de projetos de lei dessa natureza ocorre durante o período do governo Bolsonaro, quando claramente se viu uma atuação mais incisiva de uma ala mais conservadora e reacionária no país.

Quando se observa o cenário geral do tema aborto pode-se observar uma massiva produção de projetos de lei em relação ao assunto. Essa produção aumenta ainda mais no início do século XXI e continua até os anos atuais. Entre 1949 e 1999 foram enviados à Câmara 66 projetos de lei que tratavam sobre o aborto.

Entre 2000 e 2022 esse número é praticamente cinco vezes maior em relação ao período anterior, com 304 projetos de lei enviados. O número de projetos enviados à câmara começa a ter um crescimento significativo a partir do ano de 2003 e mantém uma determinada constância elevada com o passar dos anos, beirando aos quase 40 projetos em apenas um único ano. Os gráficos abaixo ilustram a diferença entre os dois períodos citados anteriormente e o aumento exponencial de PLs enviados nas duas primeiras décadas do século XXI.

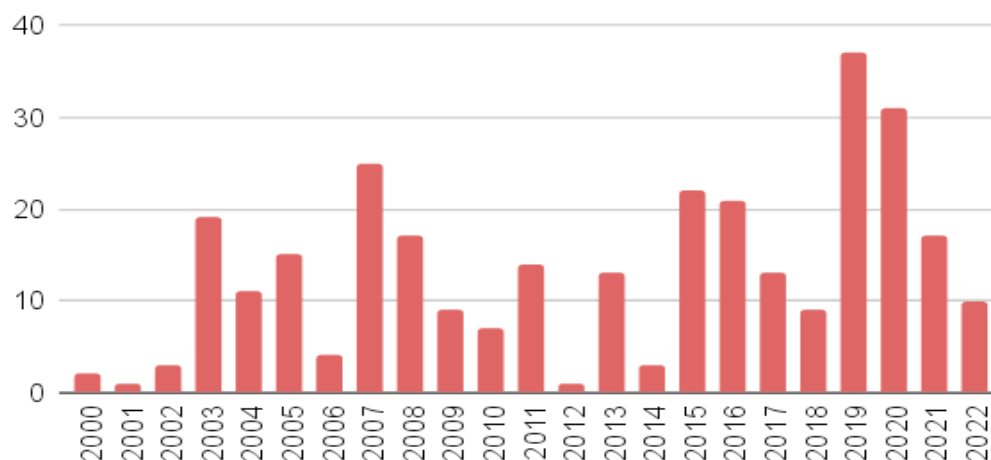
Projetos de lei sobre aborto no Brasil (1949-1999)



Fonte: www.camara.leg.br



Projetos de lei sobre aborto no Brasil (2000-2022)

Fonte: www.camara.leg.br

Através dos gráficos é possível notar a grande diferença entre os dois períodos e o exorbitante aumento entre os anos 2003 e 2022. Ao observar o gráfico nota-se que o aumento começa a partir do início do governo Lula e tem um auge ainda maior após o início do governo Bolsonaro. Embora sejam governos divergentes, o primeiro de esquerda e o segundo de direita, no parlamento brasileiro o que se nota é um conservadorismo permanente que se acentua ainda mais com a mudança de governo em 2018 tornando-se ainda maior quando se compara ao período anterior, de 1949 a 1999.

Apenas no ano de 2019, ano com a maior quantidade de envios, 37 projetos de lei foram enviados à câmara com propostas mais duras em relação à prática de aborto (na maioria delas havia o pedido de aumento da pena para os sujeitos que praticassem). Dos 37 projetos, oito foram enviados por parlamentares do Partido Social Liberal (PSL), partido conservador, liberal e de centro-direita que se fundiu ao Democratas para formar o União Brasil (UNIÃO), conforme decidido em convenção por ambos em 6 de outubro de 2021. O partido possui o maior número de projetos enviados em 2019.

Em relação aos parlamentares, a deputada Chris Tonietto e o deputado Capitão Augusto, ambos atualmente no Partido Liberal (PL), foram os que mais redigiram projetos, cada um com quatro, e todos endurecendo medidas sobre penalidades para mulheres que viessem a cometer aborto. Os dois parlamentares possuem perfis conservadores. A deputada é advogada de uma organização católica e já foi condenada por dano moral ao associar a comunidade LGBTQ+ à pedofilia. Já o deputado, é policial militar e fundou o Partido Militar Brasileiro, que não obteve assinaturas suficientes para sua criação. O perfil conservador dos dois deputados reflete a forma como os projetos e as justificativas são elaboradas e escritas. Um debate ainda conservador e moralista palra sobre os projetos de lei que



dizem respeito ao aborto revelando uma tendência ainda inflexível e intransigente em relação à temática no âmbito legislativo brasileiro.

BARRIGA DE ALUGUEL

Conforme pontua Le Breton (2007), a esfera social do corpo é produzida culturalmente, e isso irá exercer influência direta sobre a esfera política e a maneira como o corpo será tratado nesse meio. No Brasil, um clássico exemplo da influência da esfera social no âmbito político é o caso da novela Barriga de aluguel, exibida pela Rede Globo no ano de 1990. A repercussão que teve a novela trouxe ao debate político o tema da Barriga de aluguel e, a partir disso, foi implementado um projeto de lei tratando sobre a questão.

O primeiro projeto tratando sobre o assunto foi o PL 809/1991, já arquivado, no qual ficava proibida a implantação do embrião na mulher que não fosse a própria geradora da criança, assim como, também ficava proibida a inseminação artificial. Já logo no ano de 1993 foram instituídas normas para a utilização de técnicas de reprodução assistida com o PL 3639/1993. Dez anos depois, em 2003, passam a ser instituídas “normas para realização de inseminação artificial, fertilização “in vitro”, barriga de aluguel (gestação de substituição ou doação temporária do útero), e criopreservação de gametas e pré-embriões” (Brasil, 2003).

Em 2021 o então Deputado Alexandre Frota do PSDB-SP instaurou o Projeto de Lei 3525/2021 criando o Dia Nacional do Humor em homenagem ao ator e humorista Paulo Gustavo, que havia falecido há pouco tempo em decorrência da COVID-19. No texto do projeto, o Deputado cita o procedimento de barriga de aluguel realizado pelo ator e seu marido Thales Bretas. Todo o processo foi feito nos Estados Unidos, onde duas crianças foram geradas a partir da gravidez por substituição. O que chama a atenção no texto é o procedimento ter sido um dos argumentos utilizado pelo Deputado para a então aprovação do projeto, que foi devolvida ao autor. Segue o texto:

No dia 13 de outubro de 2017, Paulo anunciou em seu Instagram que ele e seu marido iriam ser pais de um casal de gêmeos, chamados Gael e Flora, através de uma barriga de aluguel, mas os bebês morreram em um aborto espontâneo. Pensaram em desistir da paternidade, mas procuraram outra barriga de aluguel, e em 18 de agosto de 2019, em uma postagem em seu Instagram, ele anunciou o nascimento dos filhos do casal, chamados Romeu e Gael, de barrigas de aluguel diferentes (Brasil, 2021).



Em relação ao tema da Barriga de aluguel, podemos notar que a partir do momento em que avanços da medicina se tornam algo recorrente na sociedade, a compreensão do debate vai se flexibilizando e ganhando novas nuances. Se num primeiro momento houve um repelimento em relação ao assunto, causado pela exibição de uma novela e a falta de debate sobre, em outro momento podemos observar a maneira como o tema é tratado de maneira mais fluida e menos sensacionalista. Em 2013 foi exibida pela Rede Globo a novela Amor à Vida e na trama da novela novamente tratou-se da Barriga de Aluguel, dessa vez tratada como gravidez por substituição. No programa de televisão um casal homoafetivo formado por dois homens procura uma mulher para ser barriga de aluguel.

Nesta segunda vez em que o assunto foi tratado por uma novela, ele foi recebido de maneira mais branda e a discussão em relação ao assunto restringiu-se às regras em relação ao processo, pois na novela ele era tratado de maneira equivocada e até ilegal. No Brasil atualmente o procedimento para casais homoafetivos masculinos possui algumas regras. O óvulo e o útero utilizados no processo de gravidez por substituição só podem ser realizados com parentes de até quarto grau de um dos cônjuges ou, em casos de doação do útero, a pessoa deve ser anônima e não deve possuir nenhum tipo de vínculo com o casal. A tabela abaixo apresenta as categorias criadas após a análise dos projetos.

Barriga de aluguel/Gravidez por substituição	
Categorias	Projetos de lei
Proíbe a prática	PL 809/1991; PL 1737/1991; PL1184/2003; PL 3783/2008.
Estabelece normas para a reprodução assistida	PL 3638/1993; PL 2855/1997; PL 1135/2003.
Criminaliza a concessão do útero	PL 1645/1991.
Permite a prática de Gravidez por substituição	PL 5768/2019.

Fonte: O autor / www.camara.leg.br.

Observando os projetos de lei pode-se ver que houve um certo avanço em relação ao tema, como o PL 5768/2019 do deputado Afonso Motta do PDT-RS que autoriza a gestação por substituição desde que seja voluntária e não remunerada e quando a doadora apresenta impossibilidade de gravidez. Se antes ele era tratado de maneira mais severa com criminalização para tal procedimento, atualmente os projetos tratam de estabelecer



normas para a realização do procedimento. Entretanto, isso não significa dizer que a recepção ao tema é unânime. Os debates mais conservadores sobre reprodução humana e seus limites e fronteiras ainda são presentes no debate sobre a gravidez por substituição, nome mais utilizado atualmente em substituição à barriga de aluguel.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da análise dos dados obtidos através do site da Câmara de Deputados se pode ver a maneira ambígua como o corpo é tratado no processo legislativo do Estado brasileiro. Em certos pontos ele é tratado em sua integralidade, em outros ele é tratado em suas partes, sendo praticamente desmembrado, onde cada parte desmembrada irá possuir uma legislação própria. Através das propostas em relação ao aborto, por exemplo, se tem a questão da vida, do momento em que ela é concebida até o ponto em que ela passa a ser considerada como tal. Conforme Le Breton (2007), a ideia que se tem do corpo é um produto social. Portanto, é nessa esfera onde podemos encontrar as imbricações que estarão presentes no campo político que trata sobre o corpo.

Os projetos de lei escolhidos e aqui apresentados representam temas que tiveram e têm grande repercussão no debate político e social acerca do corpo e que foram se modulando mediante a passagem do tempo para adequar-se à temporalidade e o debate que é feito sobre eles, muito embora, ainda inflexíveis. De proibições a flexibilizações de medidas à mudanças de perspectivas e visão, o debate político sobre questões voltadas ao corpo é sempre um campo rico em análise e conjunturas. Conforme Zarias:

Em resumo, o corpo moderno, em seu sentido legal, é um corpo que gira em torno de princípios constitucionais que se materializam em certas decisões judiciais superiores e de acordo com certos procedimentos médicos regulamentados. Mas o corpo, antes de se tornar lei, no sentido estrito, esconde um imenso campo de batalha no qual ciência, medicina, senso comum, valores morais seculares e religiosos se embatem (Zarias, 2019, p. 145)

Portanto, para se compreender a esfera política do corpo é necessário ter a compreensão do contexto social desse corpo, pois as visões sobre ele vão se alterando conforme a mudança social. Os embates sobre determinados temas, os novos projetos que vão sendo implementados, mostram essa conotação ambígua em relação a ele, onde paira sobre as decisões tomadas um conservadorismo de costumes e crenças que entram em ação na tentativa de encalacrar qualquer possibilidade de progressão sobre esses temas.



REFERÊNCIAS

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei n. 1956/1996. Autoriza a interrupção da gravidez nos casos que menciona. Brasília, 23 de Maio de 1996.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei n. 1135/2003. Dispõe sobre a reprodução humana assistida. Brasília, 28 de Maio de 2003.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei n. 3525/2021. Cria o “Dia Nacional do Humor”, a ser comemorado todo dia 30 de outubro. Brasília, 13 de Outubro de 2021.

LE BRETON, David. A sociologia do corpo. 2. ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2007.

MIGUEL, L. C.; ZARIAS, A . Do precioso líquido: o estatuto do sangue nas proposições legislativas brasileiras. In: XVI Jornada de Iniciação Científica da Fundação Joaquim Nabuco, 2020, Recife. Caderno de Resumos [...]. Recife: FUNDAJ, 2020. v. 1. p. 25-29.

NASCIMENTO, G. S. ; ZARIAS, A. O corpo em disputa: a questão do aborto no congresso a partir das propostas legislativas brasileira (1980-2000). In: XVI Jornada de Iniciação Científica da Fundação Joaquim Nabuco, 2020, Recife. Caderno de Resumos [...]. Recife: FUNDAJ, 2020. v. 1. p. 44-48.

SANTANA, A. K. ; ZARIAS, A. O dom do corpo: aspectos legais da doação e transplante de órgãos no Brasil. In: XVI Jornada de Iniciação Científica da Fundação Joaquim Nabuco, 2020, Recife. Caderno de Resumos [...]. Recife: FUNDAJ, 2020. v. 1. p. 30-34.

SILVA, J. F. ; ZARIAS, A . A eutanásia e os limites da vida na legislação brasileira. In: XVI Jornada de Iniciação Científica da Fundação Joaquim Nabuco, 2020, Recife. Caderno de Resumos [...]. Recife: FUNDAJ, 2020. v. 1. p. 39-43

VASCONCELOS, J. M. M. ; MONTEIRO, A . Muito Além do Útero: A Gravidez por Substituição nas Proposições Legislativas. In: XVI Jornada de Iniciação Científica da Fundaj, 2020, Recife. Caderno de Resumos [...]. Recife: FUNDAJ, 2020. p. 35-38.

ZARIAS, A.; MONTEIRO, A.; BARRETO, T. V.. Fronteiras do sensível: um estudo dos corpos nos limites da legislação brasileira. Projeto de Pesquisa. Fundação Joaquim Nabuco. Recife, 2019.

ZARIAS, A. A ordem pública do corpo humano e suas fronteiras legislativas no Brasil. Sociologias, v. 21, n. 52, p. 132-161, set. 2019.

ZARIAS, A. Dimensões do corpo no debate legislativo brasileiro. In: II Encontro Internacional de Sociologia, Política, Direito e História Intelectual, 2021, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: Editora Sociologia, Política e Cidadania, 2020. v. 2. p. 1066-1083.